

An underwater scene featuring three divers and a Remotely Operated Vehicle (ROV). The ROV is a complex piece of equipment with a camera, lights, and various sensors, mounted on a frame. One diver is positioned to the left, another is in the center foreground, and a third is further down and to the right. The water is clear and blue, with bubbles rising from the divers. The ROV is the central focus, with its camera lens pointing towards the viewer. The divers are wearing full scuba gear, including tanks, regulators, and masks. The overall atmosphere is professional and scientific.

RECURSOS NATURAIS – SISTEMA

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA G
RECURSOS NATURAIS - OCEANO**

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2120

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 - Oceano

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica para o estudo fundamental dos ecossistemas marinhos e respetivos processos, funções e biodiversidade;

#2 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, para avaliar e adaptar às águas marinhas nacionais os descritores e indicadores de monitorização do estado ambiental;

#3 - Sistema nacional de áreas classificadas coerente e que preserva áreas representativas de ecossistemas relevantes.

#4 – Sistema de controlo do BEA.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

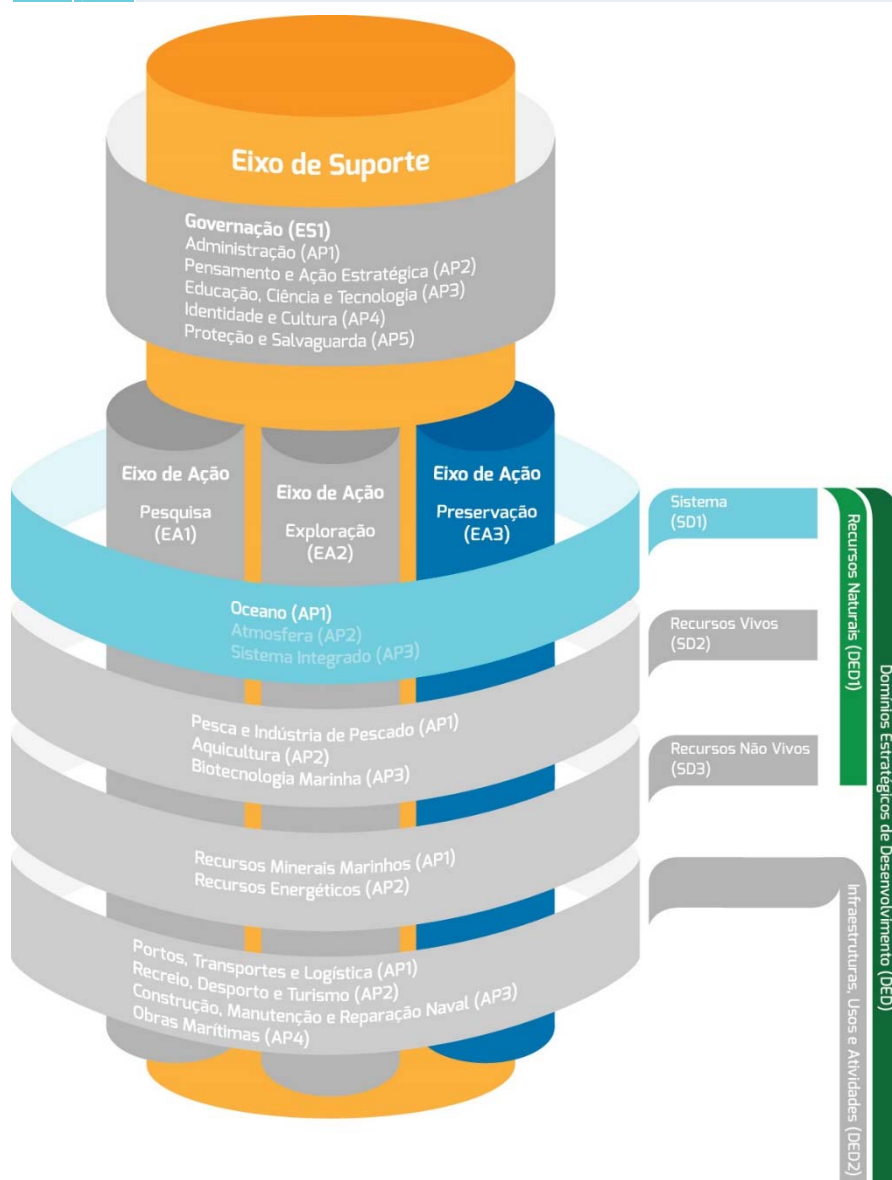
Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)

Sistema de Apoio à Decisão

Lixo Marinho



Programa de Ação

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

P2120064 – Gestão DQEM

P2120065 - Indicadores para o Bom Estado Ambiental (BEA)

P2120066 - Sistema de Apoio à Decisão

P2120067 – Lixo Marinho

Objetivos

- Garantir o Bom Estado Ambiental das águas marinhas nacionais e europeias.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)
- Direção-Geral de Políticas Externas (DGPE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto de Hidrográfico (IH)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SEDR)

Ministério da Economia (ME)

- Secretaria de Estado Adjunto e da Economia (SEAE)
- Secretaria de Estado da Inovação, Investimento e da Competitividade (SEIC)
- Instituto Português de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento Territorial e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral da Energia e Geologia (DGEG)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência (SEC)
- Agência de Inovação (Adi)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Associações de Pesca
- Associações dos Municípios abrangidos
- Centros Politécnicos de Formação
- Empresas administradoras dos Portos
- Empresas de Reciclagem
- Empresas de Transporte
- Escolas
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- ONGs
- Universidade de Aveiro
- Universidades (IMAR FCT/UNL)
- *Waste Free Oceans Foundation*
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Gestão mais integrada dos recursos marinhos;
- Reforço da monitorização das águas marinhas;
- Reforço da capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas;
- Reforço das ações de sensibilização e de formação no domínio da gestão marinha integrada.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
FEAMP, LIFE, HORIZON2020

Financiamento de Cooperação:
Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014

Financiamento Privado

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2120-P2120064

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #2

PA - Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

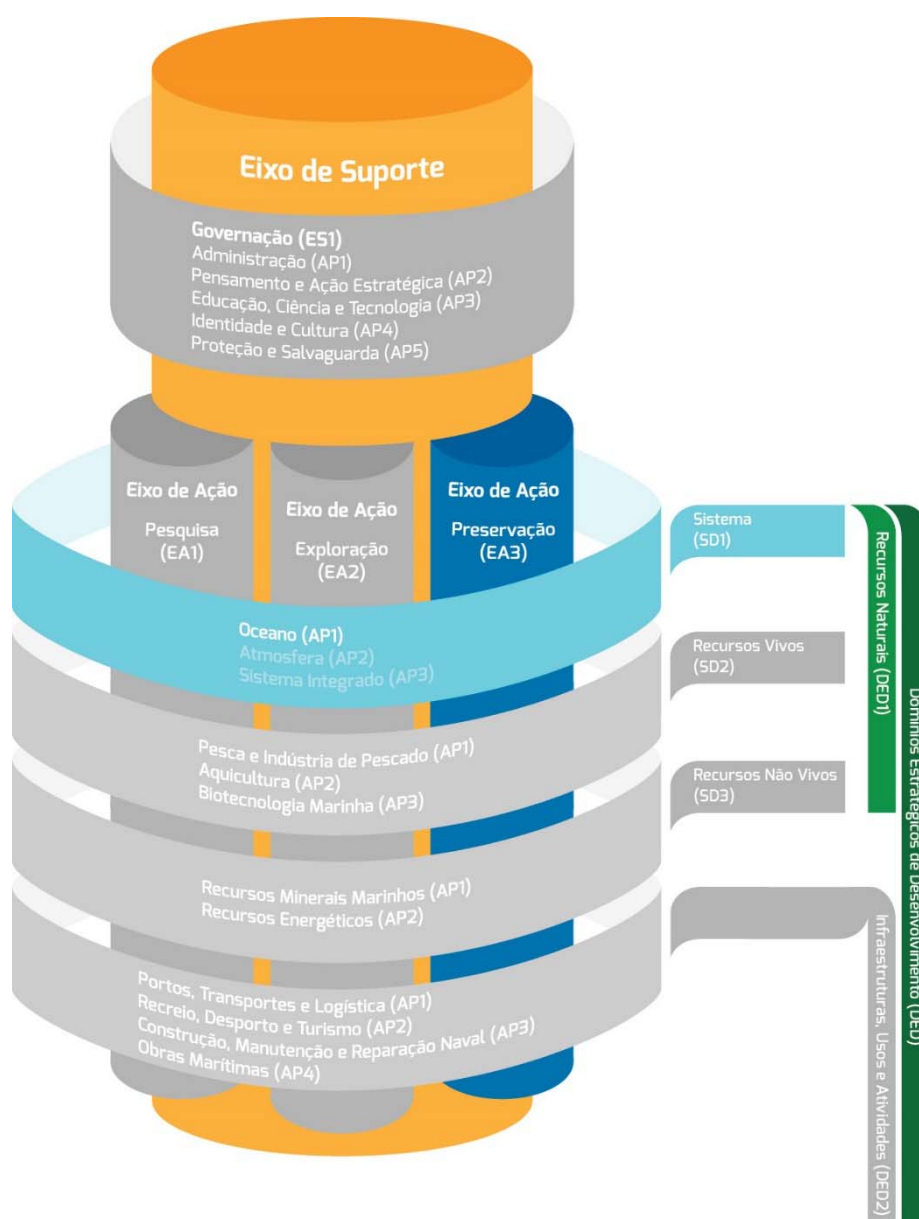
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) - desenvolvimento e aplicação das Estratégias Marinhas para as águas marinhas nacionais.

Objetivos

- Garantir de forma coordenada a aplicação custo-eficaz dos recursos disponíveis para os trabalhos da Diretiva Quadro Estratégia Marinha em Portugal, com vista a obter ou manter o Bom Estado Ambiental das águas marinhas nacionais em 2020, atendendo aos ciclos de planeamento previstos;
- Articular a DQEM com outras diretivas, políticas, planos e estudos que contribuem para a elaboração das Estratégias Marinhas (Diretivas Aves e Habitats, Convenção da Biodiversidade, Política Comum de Pesca, Convenção OSPAR, Diretiva Quadro da Água – DQA - e toda a legislação que concorre para a gestão das águas interiores, Plano Mar Limpo, M@rBis e informação relacionada com os trabalhos de preparação da extensão da plataforma continental).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

O Decreto-lei nº 108/2010, de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-lei nº 201/2012, de 27 de agosto, estabelece as autoridades competentes para aplicação da diretiva quadro Estratégia Marinha. Importará, contudo, operacionalizar as equipas de trabalho à semelhança do que já anteriormente foi realizado ao abrigo do Despacho nº 3068/2012, de 1 de março, cujo mandato terminou a 15 de agosto de 2012.

A – Subdivisão do continente

A estrutura nacional adotada tem por referência a estrutura dos grupos de trabalho da Estratégia Comum de Implementação, da União Europeia, replicando-a internamente.

Grupo de Coordenação Geral

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Grupo ESA - *Economic and Social Assessment*

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Economia (ME) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério do Ambiente, ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação e acompanhamento do grupo comunitário homólogo
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Grupo DIKE – *Data Information and Knowledge Exchange*

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Grupo GES – Good Environmental Status

Avaliação inicial, definição do Bom Estado Ambiental e metas ambientais

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH) - coordenação dos descritores D6 e D11 (em discussão), caracterização oceanográfica

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Coordenação dos descritores D7 e D10 (em discussão) e articulação com toda DQA e outra legislação que concorre para a gestão das águas interiores

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) - Coordenação dos descritores D1, D2, D3, D4, D5, D6, D8 e D9 (em discussão)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Programa de Monitorização física, química e biológica

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH) - coordenação dos descritores D6 e D11 (em discussão), caracterização oceanográfica

Ministério do Ambiente, ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - coordenação dos descritores D7 e D10 (em discussão) e articulação com toda DQA e outra legislação que concorre para a gestão das águas interiores

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - coordenação geral e compatibilização entre sistemas de informação, incluindo com a vigilância marítima
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - apoiada nos aspetos de compatibilização entre sistemas de informação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) – coordenação dos descritores D1, D2, D3, D4, D5, D6, D8 e D9 (em discussão)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Programa de medidas

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Ligação ao Grupo ESA - *Economic and Social Assessment*

Outras entidades:

Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

B - Subdivisão da Plataforma Continental Estendida

A DGRM, em articulação com a EMEPC, e com as entidades referidas no ponto A anterior, nomeadamente a DGPM, IH, DGAM, IPMA, APA e ICNB, e com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, procede à elaboração da Estratégia Marinha para a Subdivisão da Plataforma Continental Estendida.

C- Subdivisão dos Açores

(a definir pelo Governo Regional dos Açores)

D- Subdivisão da Madeira

(a definir pelo Governo Regional da Madeira)

Tarefas

1. Desenvolvimento das Estratégias Marinhas, para as quatro subdivisões, considerando as várias fases e ciclos de planeamento;
2. Participação nos grupos europeus da DQEM.

Resultados Esperados

Elaboração das Estratégias Marinhas nacionais:

- Estratégia Marinha para a Subdivisão do Continente;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão da Madeira;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão da Plataforma Continental Estendida;
- Revisões de acordo com os ciclos de planeamento de 6 anos definidos na DQEM.

Calendarização

Até 15 de Julho de 2014:

Estabelecimento e aplicação de um programa de monitorização para avaliação constante e atualização periódica das metas ambientais.

Até 2015:

Elaboração de um programa de medidas destinado à prossecução ou à manutenção do bom estado ambiental.

Até 2016:

Início da execução do programa de medidas.

De 6 em 6 anos (atualização de):

Avaliação inicial;
Definição do bom estado ambiental;
Metas ambientais;
Programas de monitorização;
Programas de medidas.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE (orçamento DGRM)

Financiamento Comunitário:

FEAMP, LIFE
FEDER – 7.000.000,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2120-P2120065

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #1, #2, #4

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

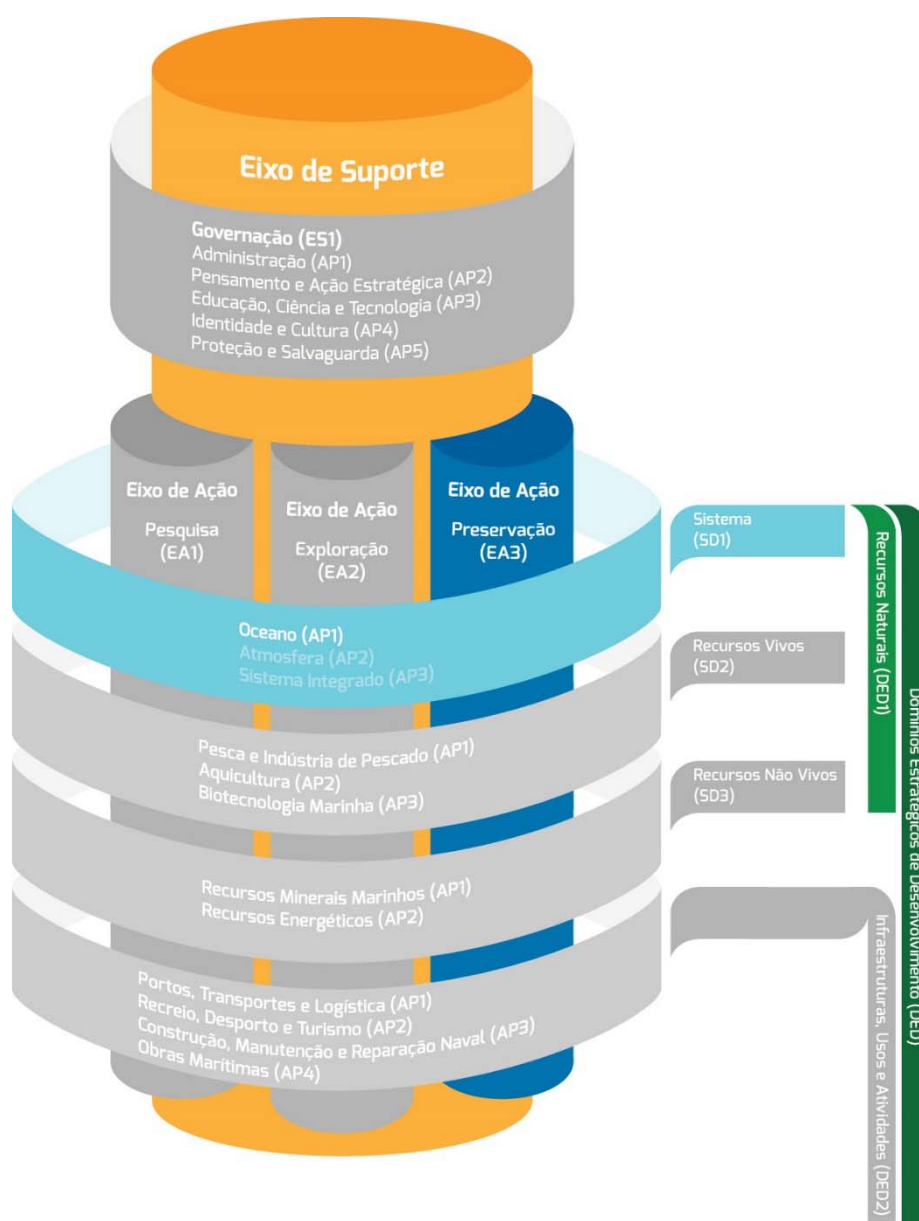
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)

Objetivos

- Definir e parametrizar o conjunto de indicadores de suporte à avaliação do Bom Estado Ambiental (BEA) das águas marinhas e costeiras Portuguesas.
- Aperfeiçoar as estratégias temporais, espaciais e tecnológicas de monitorização das águas marinhas e costeiras com base nos indicadores definidos;
- Melhorar a capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas e costeiras.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Entidades do Sistema C&T nacional
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definição de parâmetros e indicadores;
2. Série de Workshops temáticos com o envolvimento da comunidade científica;
3. Mapeamento e monitorização de áreas piloto para teste parâmetros DQEM;
4. Monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras;
5. Monitorização múltipla a longo prazo - por plataformas e sensores;
6. Modelação e simulação.

Resultados Esperados

Contribuir para o estudo dos ecossistemas, definição do Bom Estado Ambiental (BEA), valorização das funções e monitorização dos recursos e promoção e conservação do ambiente e da biodiversidade marinha.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 2.320.115,00€ (Orçamento IPMA)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 – 6.040.650,00€

Custo Total: 8.360.765,00€

Custo total previsto ao longo do quadriénio 2013-2016:

2013: 735.000,00€

2014: 3.487.752,00€

2015: 3.445.971,00€

2016: 692.042,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2120-P2120066

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #2, #4

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

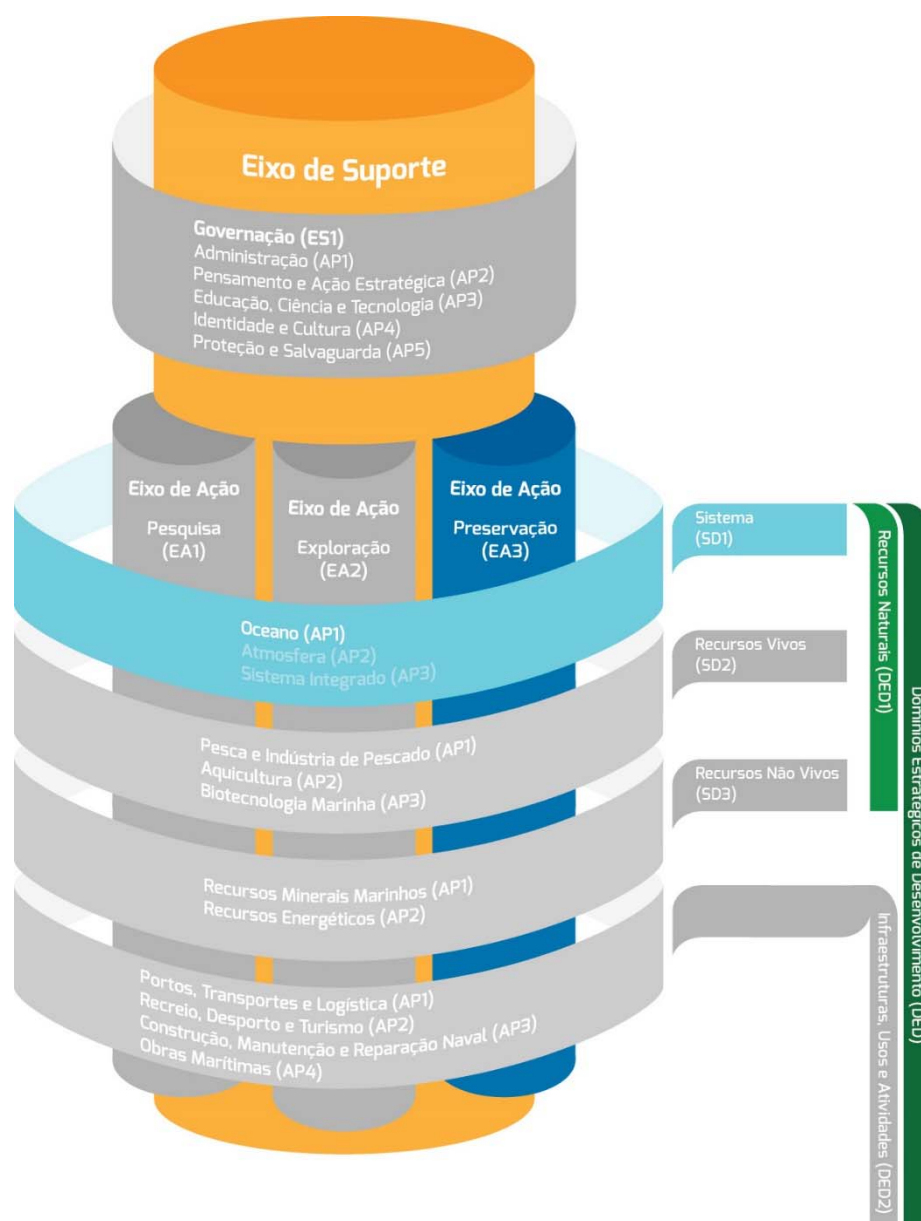
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Sistema de Apoio à Decisão



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema de Apoio à Decisão

Objetivos

- Desenvolver e adaptar de forma coerente a estratégia marinha para as águas marinhas nacionais que, embora específica, reflete a perspetiva global da região ou subdivisões em causa;
- Complementar e melhorar a avaliação contínua do estado ambiental das águas marinhas dentro de subdivisões nacionais no âmbito da DQEM, com referência aos objetivos ambientais;
- Implementar um Sistema de Monitorização do Meio Marinho (MEMS) fornecendo uma estrutura através da qual o desempenho ambiental pode ser monitorizado, controlado e melhorado;
- Implementar um sistema para responder a desastres naturais e/ou induzidos pelo homem que têm um impacto negativo sobre os seres humanos e/ou meio ambiente, incluindo o fornecimento de informações relevantes para as partes afetadas, e as medidas de resposta;
- Assegurar a coerência entre a Rede Natura 2000 e os objetivos da OSPAR em relação ao planeamento de gestão e sua contribuição para a avaliação nacional da DQEM;
- Promover procedimentos comuns.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

- Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Implementação de medidas para melhorar / manter o estado ambiental das massas de água marinha;
2. Dar apoio à tomada de decisão;
3. Dar apoio à gestão.

Resultados Esperados

- Implementação da Estratégia Marinha para cada subdivisão;
- Criação de planos de contingência;
- Criação do Sistema de Gestão do Ambiente Marinho (SGAM) a nível Nacional;

Calendarização

2014-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE - 307.268,00€ (orçamento DGRM / DGPM)

Financiamento de cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 - 800.000,00€

Custo Total: 1.107.268,00€

Custo total previsto ao longo do triénio 2014-2016:

- 2014: 276.817,00€
- 2015: 553.634,00€
- 2016: 276.817,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2120-P2120067

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito (s) - #3

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

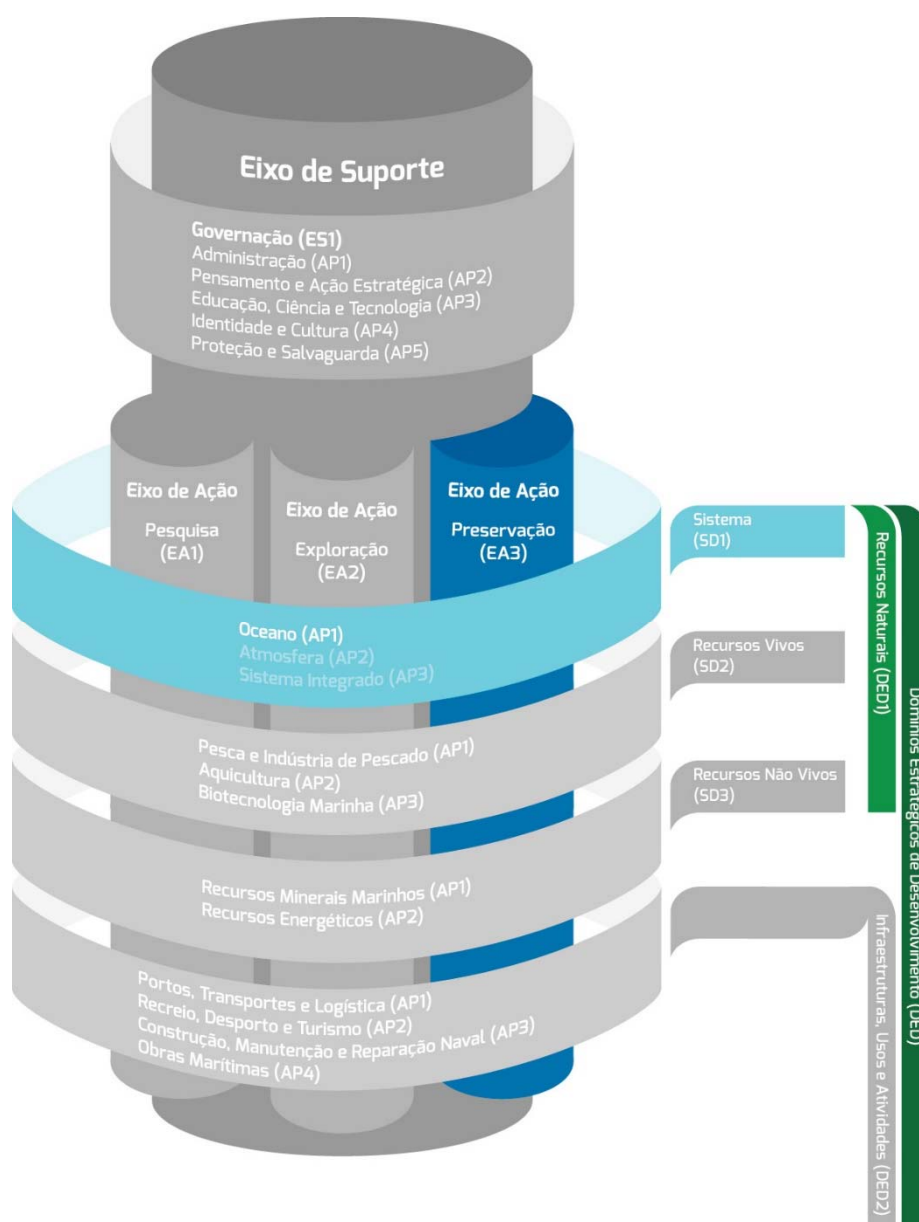
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Lixo Marinho



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Lixo Marinho

Objetivos

- Criar um modelo de gestão integrada para a recuperação e reciclagem dos resíduos sólidos presentes no meio marinho, resultado das atividades humanas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Associações de Pesca

- Associações dos Municípios abrangidos

- Empresas administradoras dos Portos

- Empresas de Reciclagem

- Empresas de Transporte

- Escolas

- ONGs

- Universidades (IMAR FCT/UNL)

- *Waste Free Oceans Foundation*

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Tarefas

1. Escolha faseada das áreas a serem limpas ao longo do país;
2. Estabelecimento de contactos entre comunidade piscatória, municípios envolvidos, empresas de transporte de resíduos e de reciclagem, ONG e outras entidades pertinentes para estabelecimento do plano de recolha e tratamento de lixo recuperado em cada zona;
3. Implementar parcerias com outras entidades que tenham navios equipados com tecnologia capaz de detetar a existência de lixo depositado no fundo, permitindo ações direcionadas na recolha de lixo benthico;
4. Determinação do número viável e especificações dos navios a serem utilizados na recolha de lixo, que reduzam ao mínimo a necessidade de modificações a serem efetuadas na sua estrutura;
5. Estudar a viabilidade económico-social da retirada definitiva de navios da frota de pesca, que se passem a dedicar exclusivamente à tarefa de recolha de lixo benthico e pelágico;
6. Aquisição de redes de arrasto pelágico especiais dedicadas à recolha de lixo da coluna de água;
7. Estabelecer uma rede de deposição diferenciada dos resíduos em contentores nos portos e seu posterior transporte até aos locais determinados para a sua reutilização, reciclagem, recuperação de energia, ou eliminação definitiva em aterro sempre que os anteriores não sejam viáveis;
8. Estabelecer um regime específico de isenção fiscal para estes resíduos;

9. Conceber atividades que estimulem a participação dos residentes nos municípios abrangidos na recolha de lixo nas praias, incluindo escolas, estabelecendo na sociedade as bases de uma cultura de redução de resíduos através de um consumo ecologicamente sustentável;
10. Promoção da utilização de materiais ecologicamente corretos nas artes de pesca utilizadas pelos pescadores.

Resultados Esperados

- Contribuir para a implementação do Bom Estado Ambiental no meio marinho até 2020, em observância do estabelecido na Diretiva Quadro Estratégia Marinha;
- Fornecer uma alternativa às comunidades piscatórias sempre que as quotas das espécies para as quais dirigem a sua atividade se encontrem esgotadas ou como modo de gerir estas quotas, e sempre que o Fundo de Compensação Salarial previsto para períodos de paragem prolongada não possa ser utilizado;
- Promover uma reconversão do sector, tendo em atenção as crescentes dificuldades estabelecidas pela Política Comum das Pescas em cumprimento dos pareceres científicos anuais sobre o estado dos recursos marinhos.

Calendarização

Em fase de programação

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP

Financiamento privado

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2121-P2121068

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #3

PA – Áreas Classificadas - Marinhas

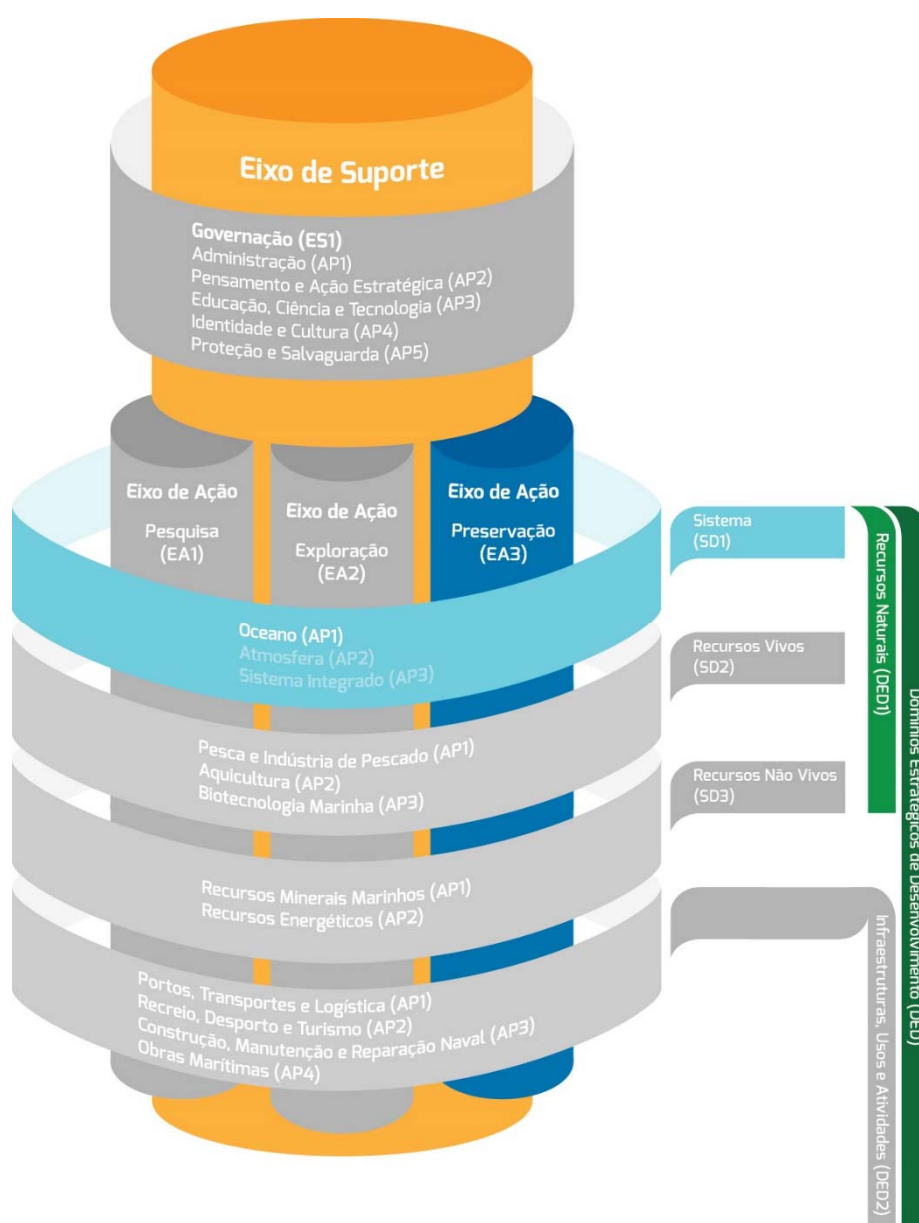
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Áreas Classificadas - Marinhas

Sistema Nacional



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema Nacional

Objetivos

- Implementar um Sistema Nacional de Áreas Classificadas com incidência no espaço marítimo – Área Marinhas Protegidas (AMP) - ecologicamente coerente e eficazmente gerido e adaptado ao território nacional, com enquadramento legal adequado

Desenvolvimento: No quadro dos principais acordos e convenções internacionais que enquadram as ações de Portugal orientadas para a designação de AMP elencados na ENM 2013-2020, o acordo internacional de maior relevo, por fornecer uma perspetiva genérica e global e integradora das várias ações a implementar, é a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas. Neste âmbito, destaca-se na CDB os Objetivos para a Biodiversidade de Aichi acordados na COP 10 em 2010 no Japão, o Objetivo 11: “Conservar, pelo menos 17 por cento de áreas terrestres e 10 por cento de áreas marinhas e costeiras, através de uma gestão eficaz de sistemas de áreas ecologicamente representativos e bem conectados”, até 2020. Destaca-se ainda as metas estabelecidas no âmbito da Convenção OSPAR, até 2012 constituir uma rede de AMP ecologicamente coerente, representativa de todas as regiões biogeográficas que ocorrem na área da Convenção, consistente com as metas da CDB” e até 2016 assegurar que a rede é bem gerida e ainda as metas da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020 que neste âmbito são as mais relevantes *Meta 1*: plena aplicação das diretivas aves e habitats

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)
- Direção-Geral de Políticas Externas (DGPE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) - Coordenação
- Instituto Português Mar e Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

Universidades

Organizações-não-governamentais

Tarefas

Sem prejuízo de outras tarefas relevantes que possam ser identificadas posteriormente pela ETE, serão desenvolvidas prioritariamente as seguintes tarefas:

1. Identificar os procedimentos em curso para a classificação de áreas marinhas em Portugal (âmbito, entidades envolvidas, atribuições, processos, etc.);
2. Identificar áreas marinhas prioritárias para classificação criando mecanismos de articulação e colaboração expeditos entre as entidades envolvidas;
3. Promover a criação de um grupo *ad-hoc* de investigadores para apoio à decisão nos processos de identificação, seleção e classificação de áreas marinhas no âmbito da presente ETE;
4. Definir uma estratégia para a harmonização de procedimentos de classificação de áreas marinhas em articulação com a implementação da DQEM em Portugal.
5. Articulação entre a DGRM, o ICNF e as Regiões Autónomas para o estabelecimento de um modelo de gestão da rede nacional de AMP, de acordo com as competências de cada uma destas entidades;
6. Definição dos objetivos da rede nacional de AMP em função das metas estabelecidas pela Convenção da Biodiversidade (CBD), da Rede Natura 2000, dos compromissos assumidos junto da convenção OSPAR e dos interesses estratégicos do país referentes à preservação dos seus recursos naturais e das atividades económicas que deles dependem;

Resultados Esperados

- Classificar o monte submarino *Josephine* como Sítio Rede Natura 2000;
- Classificar o banco *Gorringe* como Sítio Rede Natura 2000 e como AMP OSPAR;
- Promover uma conferência internacional sobre a classificação de áreas marinhas em alto mar no âmbito dos processos de classificação do *Josephine* e do *Gorringe*.
- Promover uma conferência internacional sobre a classificação de áreas marinhas em alto mar no âmbito dos processos de classificação do *Josephine* e do *Gorringe*.
- Integração dos critérios OSPAR e da Rede Natura 2000 com fim à identificação de Sítios que permitam que a Rede Nacional de AMP seja coerente e representativa dos diversos ecossistemas marinhos, e tendo também em conta as metas preconizadas pela CBD (Convenção para a Biodiversidade).
- Planos de gestão para as diversas AMP, nomeadamente para aquelas onde atividade piscatória é importante, com vista ao desenvolvimento de uma pesca sustentável.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
LIFE

(custos a determinar pela Equipa Técnica Especializada (ETE)).

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2122

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

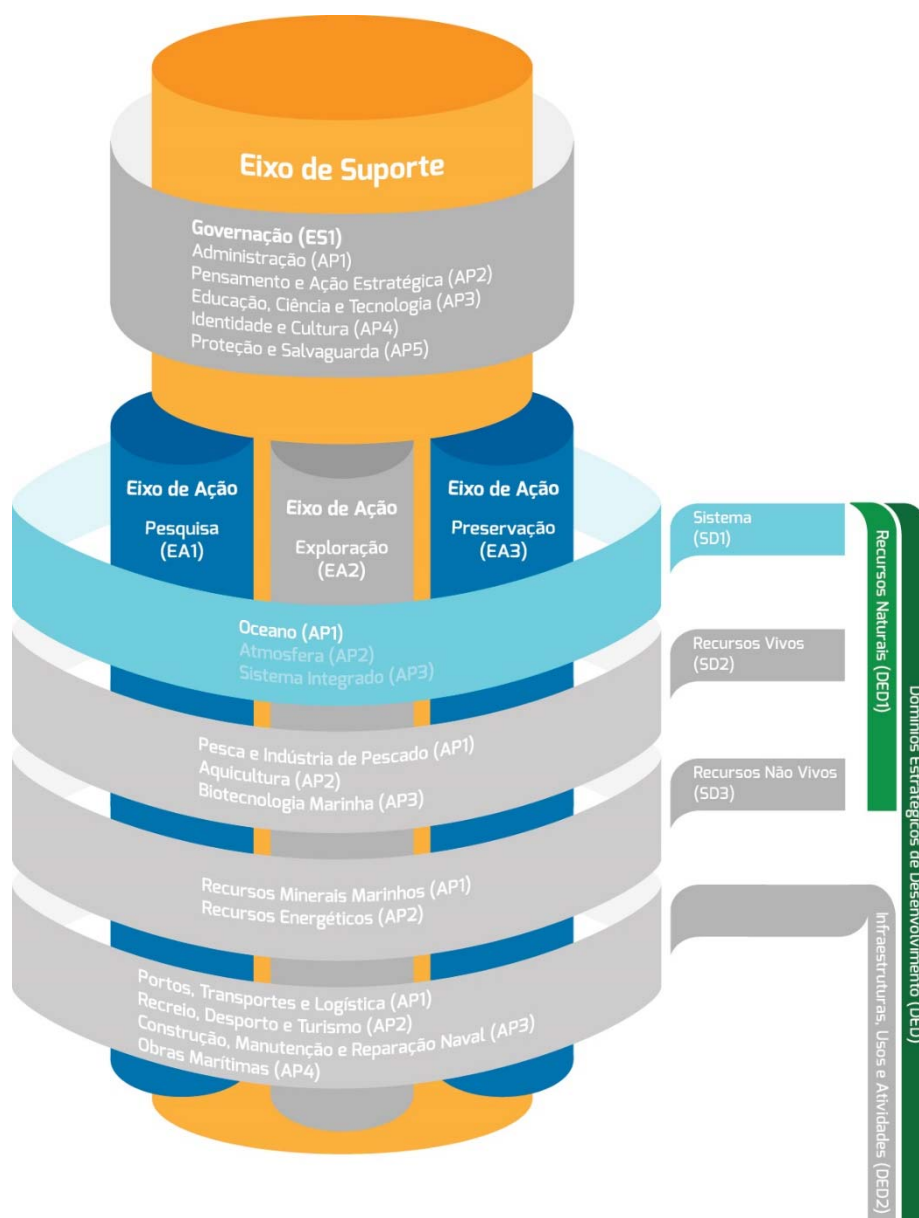
AP1 - Oceano

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica para o estudo fundamental dos ecossistemas marinhos e respetivos processos, funções e biodiversidade

#2 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, para avaliar e adaptar às águas marinhas nacionais os descritores e indicadores de monitorização do estado ambiental.

DED1	RECURSOS NATURAIS
SD1	SISTEMA
AP1	OCEANO
	Observação e Conhecimento
	Biodiversidade Marinha – M@rBis
	Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros
	Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições



Programa de Ação

Observação e Conhecimento

P2122069 – Biodiversidade Marinha – M@rBis

P2122070 – Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros

P2122071 – Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições

Objetivos

- Avaliar a dinâmica das alterações ambientais nos ecossistemas e os seus impactos na estrutura dos sistemas pesqueiros.
- Proceder a uma análise ecossistémica de caracterização para a gestão de pescarias multiespecíficas. Fomentando uma pesca dirigida e seletiva que mantém a qualidade dos produtos da pesca;
- Construir um sistema de apoio à decisão para o processo de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho que congregue informação dispersa por diferentes entidades;
- Promover o estudo dos ecossistemas marinhos, avaliando a sobreposição e conflitos existentes entre as áreas de atuação do sector pesqueiro e da aquacultura *offshore*, com alguns dos habitats de diversas espécies protegidas e sensíveis.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAPs)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração regional de saúde (ARS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência (SEC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Minimizar os impactos da ação antrópica, direta ou indireta, nos sistemas Pesqueiros;
- Reconhecer os habitats sensíveis e a adaptação à natureza de espécies de aquicultura;
- Facilitação de uma mudança de paradigma de 'pescar cada vez mais, para pescar cada vez melhor', através de uma melhoria das condições de exploração;
- Incremento substancial do número de registos de espécies e habitats marinhos para as águas sob jurisdição nacional;
- Utilização do sistema M@rBis através da internet pela comunidade científica e pelo público em geral;
- Sensibilização para os valores da biodiversidade marinha nacional por parte dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
FEAMP, FP7

Financiamento de Cooperação:
Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2122-P2122069

Eixo de Suporte –
DED1 – Recursos Naturais
SD1 - Sistema
AP1 - Oceano
Efeito(s) - #2
PA – Observação e Conhecimento

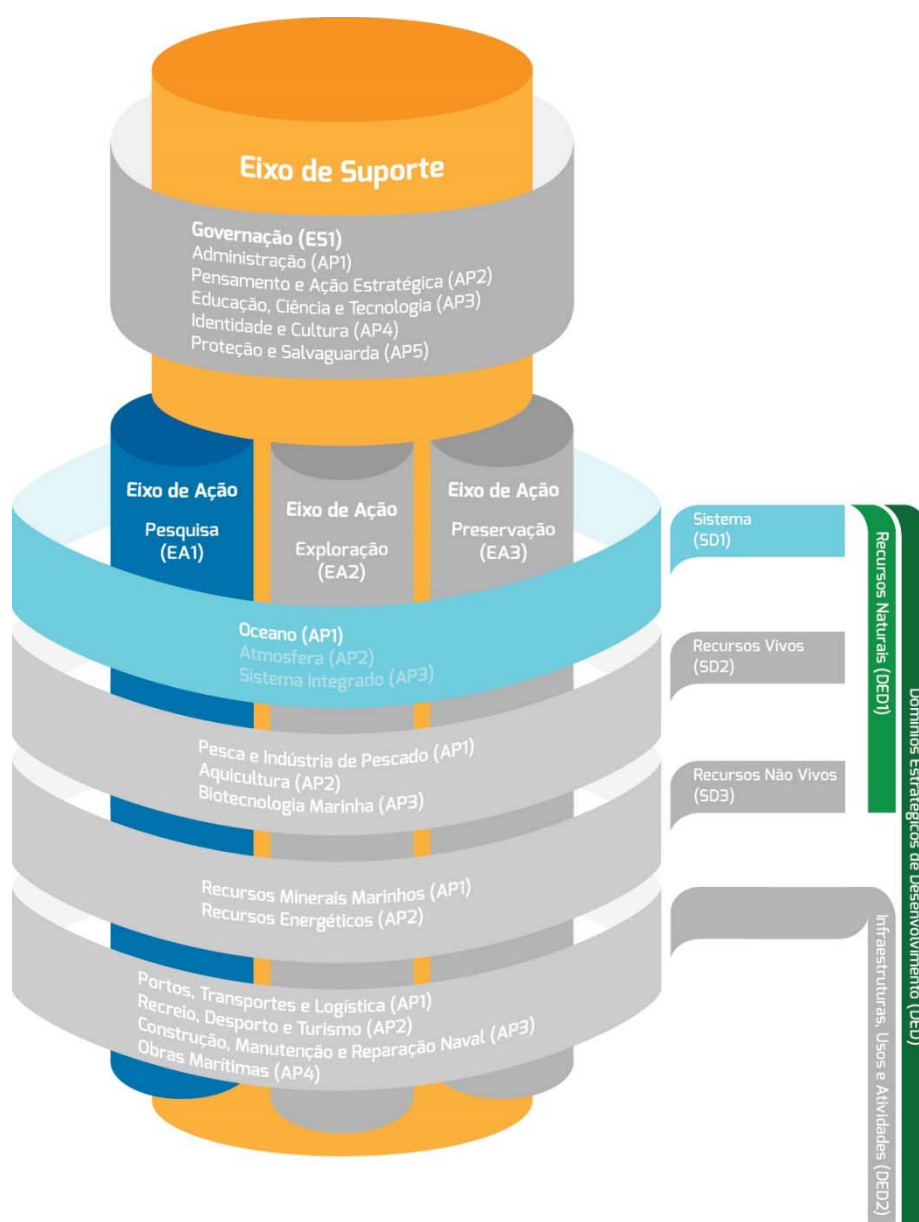
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Biodiversidade Marinha - M@rBis



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Biodiversidade Marinha - M@rBis

Objetivos

- Promover o estudo dos ecossistemas marinhos e a conservação do ambiente e da biodiversidade marinha.
- Construir um sistema de apoio à decisão para o processo de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho;
- Construir um sistema de informação sobre a biodiversidade marinha com critérios internacionais, criando uma rede de partilha de informação entre investigadores e instituições;
- Compilar toda a informação existente dispersa por diversas entidades;
- Permitir a identificação das espécies e dos locais particularmente importantes para a conservação da biodiversidade marinha;
- Permitir avaliar as lacunas de conhecimento existentes;
- Colmatar lacunas de informação existentes através da realização de campanhas oceanográficas dedicadas à caracterização da biodiversidade marinha nacional;
- Promover e divulgar os valores da biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Continuação do desenvolvimento das ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados do sistema M@rBis;
2. Colocação *online* do sistema M@rBis;
3. Continuação da recolha e introdução no sistema M@rBis dos registos de biodiversidade marinha nacional existente na literatura científica e dispersos pelas várias instituições nacionais e internacionais;
4. Realização de campanhas oceanográficas de biodiversidade marinha dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a caracterizar espécies e habitats marinhos nacionais;
5. Análise de amostras recolhidas;
6. Divulgação do projeto M@rBis e sensibilização para os valores nacionais de biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral, através da realização de palestras e conferências;
7. Realização de *workshops* temáticos sobre biodiversidade marinha para estudantes universitários da área da biologia marinha e ciências do mar;
8. Edição de guias e publicações de divulgação relativos à biodiversidade marinha nacional;
9. Apresentação dos resultados e desenvolvimentos do projeto M@rBis em conferências nacionais e internacionais.

Resultados Esperados

- Incremento substancial do número de registos de espécies e habitats marinhos para as águas sob jurisdição nacional;
- Melhor caracterização e conhecimento (tanto ao nível da cobertura espacial, como ao nível do registo de espécies) da biodiversidade marinha nacional, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é reduzida ou inexistente;
- Utilização do sistema M@rBis através da internet pela comunidade científica e pelo público em geral;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, das amostras recolhidas durante as campanhas oceanográficas realizadas no âmbito do projeto M@rBis;
- Treino de estudantes universitários da área da biologia marinha e das ciências do mar quer em laboratório, através de *workshops* dedicados, quer *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas no âmbito do projeto M@rBis;
- Sensibilização para os valores da biodiversidade marinha nacional por parte dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Calendarização

2013:

Colocação *online* do sistema M@rBis.

2013 – 2015:

Continuação do desenvolvimento das ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados do sistema M@rBis;

Continuação da recolha e introdução no sistema M@rBis dos registos de biodiversidade marinha nacionais existentes na literatura científica e dispersos pelas várias instituições nacionais e internacionais;

Realização de campanhas oceanográficas para caracterização e inventariação da biodiversidade marinha em locais para os quais estejam identificadas lacunas de informação;

Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto M@rBis e sensibilização para os valores nacionais de biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral;

Realização de um conjunto de *workshops* temáticos para estudantes universitários da área da biologia marinha e ciências do mar;

Edição de guias de espécies e de outras publicações relativas à biodiversidade marinha nacional;

Apresentação dos resultados do projeto M@rBis em conferências nacionais e internacionais.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - montante para cofinanciamento (orçamento da EMEPC incluído no Projeto de Extensão da Plataforma Continental)

Financiamento Comunitário:

FEEI – 2.300.000,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2122-P2122070

DED1 – Recursos Naturais

SD1 - Sistema

AP1 - Oceano

Efeito(s) - #1, #2

PA – Observação e Conhecimento

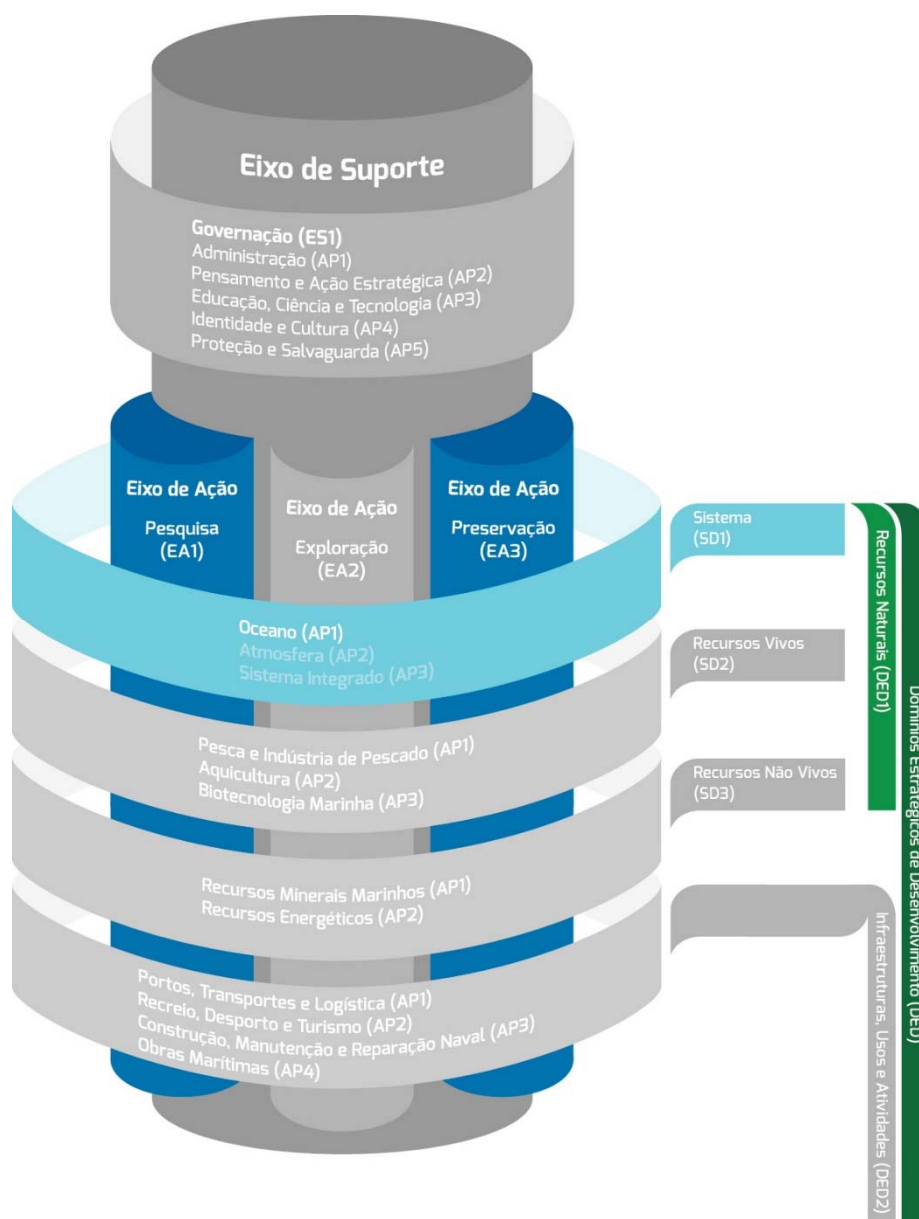
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros

Objetivos

- Avaliar a sobreposição e conflitos existentes entre as áreas de atuação do sector pesqueiro com alguns dos habitats de diversas espécies protegidas e sensíveis, como são o caso dos mamíferos e aves marinhas.
- Avaliar a dinâmica das alterações globais nos organismos planctónicos marinhos e as consequências para os ecossistemas e biodiversidade
- Avaliar os impactos da expansão para a faixa costeira de atividades tradicionalmente desenvolvidas no continente, como é o caso da aquacultura em mar-aberto.
- Avaliar a dinâmica das alterações ambientais nos ecossistemas e os seus impactos na estrutura dos sistemas pesqueiros.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Outras entidades

- Entidades do Sistema C&T nacional

Tarefas

1. Manuais de boas práticas para as pescarias do cerco, artesanal e arrasto que estabeleçam medidas de mitigação das interações entre a pesca e mamíferos e aves marinhas - espécies em perigo, ameaçadas e protegidas (*Endangered, Threatened and Protected*);
2. Identificação das melhorias necessárias à viabilização de uma rede eficiente e integrada para a gestão das rejeições e capturas acidentais na pesca com arrasto de fundo;
3. Determinação da extensão geográfica da única área de desova de *Loligo vulgaris* conhecida na Europa, localizada na costa continental portuguesa;
4. Avaliação do impacto da aquacultura em mar-aberto sobre o ambiente, os recursos e a comunidade piscatória local, bem como da adaptação do mero (*Epinephelus marginatus*, espécie protegida) produzido em cativeiro quando libertado na natureza;
5. Primeiras determinações de mudanças nas condições ambientais usando registos em concha do bivalve *Glycymeris glycymeris*; Determinação dos efeitos da acidificação e aquecimento dos oceanos nos estados ontogénicos iniciais da lula *Loligo vulgaris* baseados em estudos laboratoriais.

Resultados Esperados

- Minimizar os impactos da ação antrópica, direta ou indireta, nos sistemas Pesqueiros;
- Contribuir para a educação e informação das comunidades ribeirinhas, sobretudo aquelas ligadas à pesca;
- Reconhecer as espécies sensíveis às mudanças globais;
- Compreender a influência das mudanças globais nos organismos planctónicos e ciclos biogeoquímicos marinhos;
- Reconhecer os habitats sensíveis e a adaptação à natureza de espécies de aquicultura

Calendarização

Em fase de Programação (2013-2015). Início Previsto 2013.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

Custo total: 388.354,00€ (Aguarda financiamento)

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2122-P2122071

DED1 – Recursos Naturais

SD1 - Sistema

AP1 - Oceano

Efeito(s) - #1, #2

PA – Observação e Conhecimento

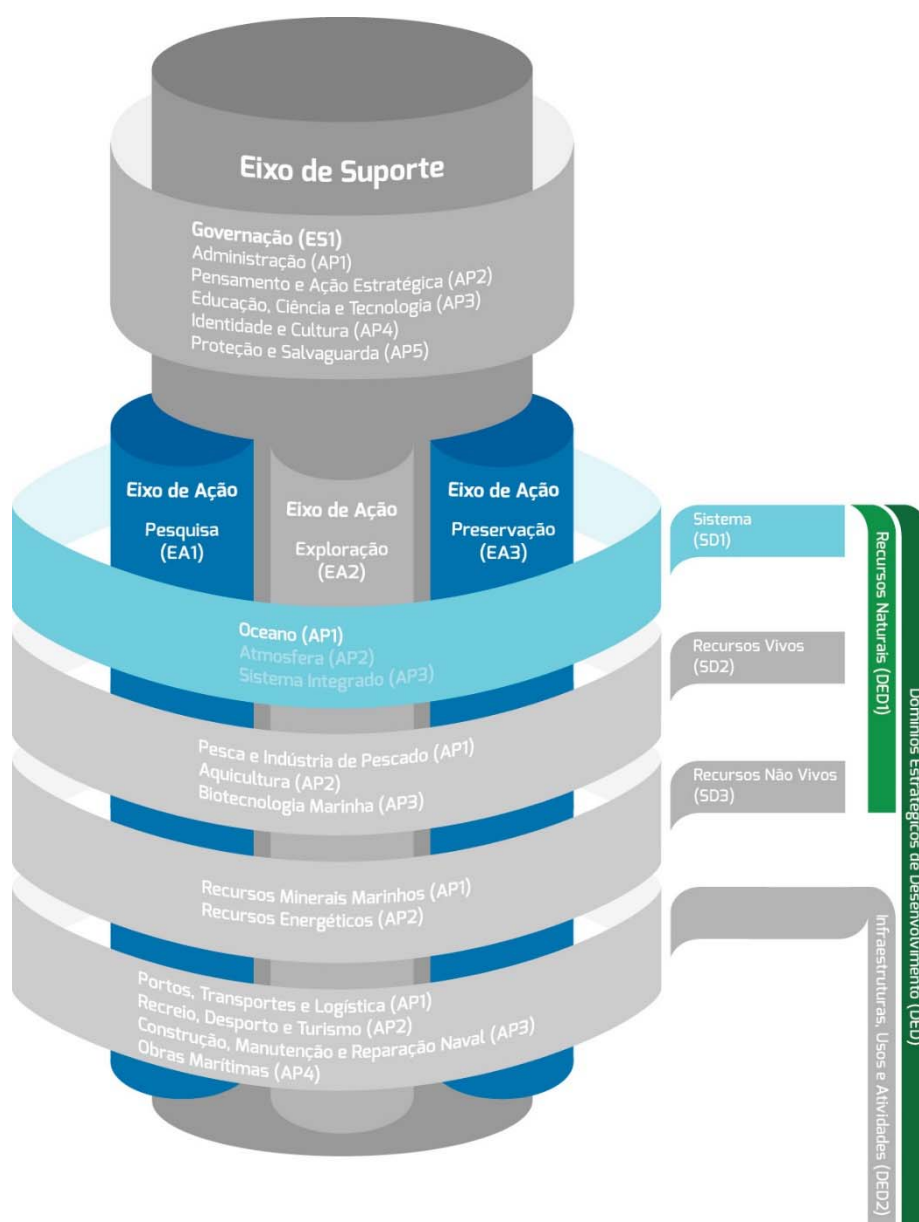
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições

Objetivos

- Proceder a uma análise ecossistémica de caracterização para a gestão de pescarias multiespecíficas;
- Avaliação de novas tecnologias para monitorização e minimização de capturas acessórias e rejeições;
- Fomento de uma pesca dirigida e seletiva que mantem a qualidade dos produtos da pesca

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Outras entidades

- Entidades do Sistema C&T nacional

Tarefas

1. Otimização das tecnologias dirigidas à exploração dos recursos vivos marinhos, direcionadas para uma melhoria da qualidade das capturas, maximização da eficiência da operação de pesca, minimização dos impactos ambientais, incluindo a redução de capturas acessórias e de rejeições ao mar, e aumento da eficiência energética das embarcações de pesca, numa perspetiva de promover a competitividade do sector através de reduções nos custos de operação e da valorização do produto final.
2. Utilização dos dados georreferenciados provenientes dos sistemas de monitorização contínua de navios (dados VMS e AIS do percurso das embarcações) na implementação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a caracterização das atividades da pesca e quantificação da pressão exercida sobre os fundos.
3. Aplicação das tecnologias de prospeção baseadas na deteção remota de fundos marinhos por meios acústicos e equipamentos de observação visual, em conjugação com métodos tradicionais de amostragem, com o objetivo de caracterizar a natureza dos fundos e a estimação de densidades de organismos bentónicos tendo em vista o mapeamento de habitats e a avaliação dos impactos da pesca sobre os fundos marinhos, envolvendo ferramentas de análise e representação geográfica.

Resultados Esperados

- Facilitação de uma mudança de paradigma de 'pescar cada vez mais, para pescar cada vez melhor', através de uma melhoria das condições de exploração, permitindo assim a introdução de novos modelos de negócios onde a captura indiferenciada e em massa daria lugar à resposta orientada a procuras específicas do mercado final.
- Desenvolvimento, de raiz ou a partir de modelo preexistente, de um sistema GIS integrando informação relativa à atividade dos navios de pesca. Este sistema funcionaria como apoio à investigação (distribuição da intensidade de pesca, pressão sobre os fundos), à administração (conhecimento pormenorizado da 'especialização' dos recursos) e ao sector (possibilidade de consulta expedita os resultados da sua atividade anterior, permitindo um melhor planeamento das opções futuras).
- Implementação de um programa de mapeamento de habitats bentónicos, a desenvolver nos projetos atualmente assumidos, tendo como objetivo a recolha e processamento de dados físicos e biológicos georreferenciados e a construção de mapas à escala nacional e local. Esta atividade constitui uma prioridade no âmbito das obrigações do estado português no quadro da DQEM e Diretiva Habitats.

Calendarização

Em fase de Programação (2013-2015). Início Previsto 2013.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FP7 – *Oceans*

Custo total: 300.000€ (Aguarda resultado de candidatura ao FP7-Oceans)